

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Presença feminina no Mundo do Trabalho: História e Atualidade

Reginaldo Guiraldelli ¹

O presente ensaio tem a intenção de contextualizar a presença feminina no mundo do trabalho com vistas a compreender como foram determinados os papéis sociais, além de buscar subsídios para se refletir a atual posição da mulher na estrutura social.

Conforme estudos de Saffioti (1976), a mulher, em todos os estágios da humanidade, teve papel relevante na produção da riqueza social e na subsistência de sua família. Desde as fases pré-capitalistas, as mulheres já exerciam inúmeras atividades, seja no campo, na manufatura, minas, comércios, oficinas de tecelagem e fiação ou mesmo nas atividades domésticas. Nesse período, cuja família ainda era tida como o núcleo da produção, as mulheres e as crianças exerciam um papel fundamental na geração da riqueza.

Nogueira (2004) pontua que na Idade Média, apesar da insuficiência de arquivos históricos da época, havia uma certa divisão do trabalho feminino com base na faixa etária e na posição das mulheres naquele determinado contexto. As mulheres solteiras eram incumbidas de lavar e tecer, enquanto as mães se dedicavam ao cuidado com os filhos e as mulheres de meia idade ficavam responsáveis pelas funções de cozinhar, reproduzir e cuidar dos adolescentes. Já as esposas dos camponeses se dedicavam à agricultura e às funções domésticas.

¹ Doutorando em Serviço Social pela UNESP/Franca-SP e membro do Núcleo de Pesquisa “Mentalidades e Trabalho: do local ao global” da UNESP/Franca.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Em contrapartida, na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, algumas mulheres ocupavam o comércio, com ênfase para o ramo têxtil.

Na França, em específico, ainda na fase do antigo regime, a mulher já exercia atividades comerciais, porém no plano político e jurídico era considerada inferior ao homem, num quadro marcado por dependência, obediência, submissão e incapacidade civil. A felicidade pessoal da mulher estava associada ao casamento, visto que este ato lhe propiciava estabilidade e ascensão econômica.

Nessa fase transitória, entre a derrocada do antigo regime e a consolidação do capitalismo, o que se observa é um acentuado processo migratório do campo para as cidades, que contribuiu para o advento da Revolução Industrial e o surgimento da burguesia e do proletariado, com contingente masculino e feminino.

Com a Revolução Industrial, marco da consolidação do capitalismo, a mulher passa a ser incorporada nas relações produtivas sob condições desumanas, tendo em vista a intensificação do trabalho, a extensa jornada de trabalho e o rebaixamento salarial, para atender aos imperativos do acelerado processo de acumulação. Mesmo com essa realidade, as mulheres dos grupos menos privilegiados necessitavam do trabalho como forma de subsistência e por isso acabavam se sujeitando aos respectivos ordenamentos.

Na fase de implantação do capitalismo, o gigantesco arsenal mecânico, destinado a eliminar trabalho humano, absorve imensas quantidades de força de trabalho: de homens, mulheres e crianças. O processo de acumulação do capital, nesta fase, não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe da família não porque haja a nova sociedade subvertida a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração (SAFFIOTI, 1976, p.38).

A incorporação em grande escala do contingente feminino de mão-de-obra também foi adotada pela França e desencadeou inúmeras reivindicações por parte de trabalhadores do sexo masculino, que passam a ser o principal alvo do desemprego. Nessas manifestações, os trabalhadores culpabilizavam as mulheres pela situação de

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

desemprego que estavam vivenciando e não percebiam que na verdade era o sistema capitalista o responsável pela geração de desemprego. Ou seja, “A mulher não figura, assim, como uma usurpadora do trabalho masculino, mas como uma vítima do modo de produção capitalista” (SAFFIOTI, 1976, p.43).

A Revolução Industrial alterou a ordem econômica, política, cultural e social de todo o mundo, trazendo implicação direta para a vida da população de todo o planeta. A partir desse fato histórico surgem as fábricas, locus onde se processaram as novas relações produtivas. Com o postulado tecnológico de incorporação de maquinário tem-se a inserção de forma significativa, legítima e definitiva da mulher no universo das relações de produção.

Nesse contexto, a mulher representa o ser mais espoliado por compor um dos segmentos mais oprimidos e inferiorizados da sociedade.

[...] apesar das lutas então travadas por meio de greves e da imprensa operária, tanto homens como mulheres encaravam o trabalho feminino na fábrica como algo antinatural na medida em que prejudicava a função reprodutora e a função doméstica. Assim, em vez de as mulheres lutarem por uma igualdade salarial que as equiparasse aos homens, aceitaram que a exigência da luta operária fosse uma “proteção” do trabalho feminino, através de uma redução das horas de trabalho e da abolição do trabalho noturno. Uma legislação especial que protegesse a mulher no seu trabalho assalariado permitiria que ela prestasse “serviços gratuitos, fora do mercado, servindo ao homem e às suas crianças”. E em 1932 as mulheres, tal como os menores, passaram a constituir um segmento especial da força de trabalho: “desprivilegiado, mal pago, operando tarefas rotineiras e classificadas como desqualificadas, sem oportunidades de carreira, mas protegidas” (SILVA, M.B.N., 1987, p.79).

Tal episódio pode ser considerado como o grande álibi do sistema produtor de mercadorias, que passa a incorporar em grande escala o trabalho feminino diante do rebaixamento salarial, trazendo grandes êxitos para o triunfo do capitalismo. A partir disso, o novo sistema passa a envolver todos os entes familiares na produção, onde os trabalhadores, independente de sua idade, sexo, raça/etnia ou nacionalidade estariam submetidos ao domínio direto do capital.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Porém, é importante frisar que nessa conjuntura apresentada, a mulher não sai de casa para o trabalho industrial objetivando sua independência, mas sim para se tornar um ser submetido aos imperativos do capitalismo emergente.

Entretanto tal concepção não pode ser entendida de forma cristalizada e totalizante, pois nesse cenário de desenvolvimento industrial, as mulheres ganham visibilidade como trabalhadoras e adentram a cena política visto que não foram meramente seres dóceis e passivos e, diante das mazelas e exploração que vivenciavam, organizaram-se em determinados momentos reivindicando direitos e melhores condições de vida e de trabalho.² Isso é demonstrado nos estudos de Nogueira, que ressalta,

[...] no que tange à questão sindical, havia setores industriais como o têxtil, o de calçados, o de tabaco e o de vestuário, nos quais a força de trabalho era predominantemente feminina. Seus sindicatos tinham como membros mulheres trabalhadoras que participavam das ações sindicais e grevistas. [...] nos sindicatos mistos, considerados um avanço para a época, a filiação das mulheres trabalhadoras tinha como pré-requisito o recebimento de salário igual aos homólogos masculinos. No entanto, o papel oferecido a elas era indiscutivelmente subordinado. [...] a mulher trabalhadora não conseguia [...] convencer os trabalhadores de que ela também tinha um compromisso vitalício com o trabalho assalariado e que a luta pela igualdade de salários deveria abranger toda a classe trabalhadora, independentemente de sexo (2004, p.21).

Outro fator que merece ser mencionado nesse momento histórico consiste nas incipientes idéias socialistas da época, que foram fundamentais para tais movimentos organizativos da classe trabalhadora, envolvendo tanto homens quanto mulheres, os

² Conforme análise de Nogueira (2004), os sindicatos do século XIX se preocupavam apenas com interesses dos trabalhadores masculinos, deixando as mulheres sempre relegadas a segundo plano. As mulheres não eram tidas como aliadas e sim como ameaça e concorrência na ordem capitalista. Além do mais, a divisão sexual do trabalho, a segregação sexual no mercado de trabalho e as diferenças salariais eram consideradas marcas naturais da sociedade. Com isso, “[...] o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas as suas capacidades inatas” (p.18).

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

quais passam a denunciar suas condições de miserabilidade frente ao processo de acumulação capitalista que gerava, de forma concomitante, a riqueza e a miséria.³

Os fatos supracitados que efervesceram o cenário europeu no decorrer do século XIX propiciaram mudanças abruptas na ordem societária, desencadeando novos horizontes para a inserção feminina no mundo do trabalho.

A incorporação da mão-de-obra vem ocorrendo ao longo do tempo diante das estratégias e necessidades do sistema produtor de mercadorias e com isso a mulher esteve presente nos diversos processos produtivos como o taylorismo, fordismo e toyotismo.⁴

No Brasil especificamente, em meados dos anos 1970 do século XX, ao mesmo tempo em que o mundo do trabalho vivenciava transformações bruscas nos modelos de organização, gestão e produção, também atravessava um momento de turbulências no espaço sócio-político diante da emergência de movimentos sociais, sindicais e diversas organizações populares e de trabalhadores.

É nessa fase que o processo de reestruturação produtiva adentra a esfera produtiva e o movimento feminista ingressa no cenário político reivindicando direitos.

Dá-se início ao embate com a estrutura conservadora que preconizava o ideário de mulher como a responsável pelos cuidados domésticos e educação dos filhos, com os movimentos que passam a contestar tal status e a se manifestarem contra tal ordem em busca da emancipação política, social e econômica da mulher.

³ Marx (2004) entende o processo de acumulação do capital como a força motriz da sociedade burguesa. Para o autor, a acumulação não se restringe a uma relação entre produção e capitalização da mais-valia, mas também à relação de reprodução. A base da acumulação está na concentração do capital em seu estágio inicial de desenvolvimento. A acumulação não se reduz ao âmbito econômico, mas compreende também o desenvolvimento das relações sociais. O sistema capitalista não vive apenas de etapas glamourosas, pois em certas fases atravessa crises cíclicas e recessões, que para Marx são inerentes ao próprio desenvolvimento do capital. Em relação aos trabalhadores, nota-se que a acumulação traz efeitos nefastos aos que vivem e sobrevivem da venda de sua força de trabalho diante da incorporação tecnológica e geração do exército industrial de reserva que propiciou a pauperização da população.

⁴ O intuito do presente trabalho não é retratar tais modelos incorporados pelas indústrias capitalistas. Por isso, para conhecer de forma mais detalhada os mesmos, sugerimos como leitura a obra de ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O esgotamento dos modelos taylorista/fordista representou alterações substanciais no mundo do trabalho diante do advento de um novo padrão pautado na acumulação flexível sob orientação neoliberal, o que provocou o aumento da precarização e da informalidade nas relações de trabalho, que se apropriou em grande escala do trabalho feminino.⁵ Essa problemática é analisada por Souza-Lobo que diz “A subordinação de gênero manifesta-se na divisão sexual do trabalho através das desigualdades de salários e da desqualificação das funções femininas” (1991, p.168).⁶

Portanto, a feminização, que vem ocorrendo nas últimas décadas no universo das relações de produção, apresenta um caráter paradoxal, pois temos a inserção da mulher na cadeia produtiva ao mesmo tempo em que o mundo do trabalho vem atravessando um estágio de precarização nas formas de produzir.

Cabe lembrar que a mulher não participa apenas do mercado de trabalho, ou seja, assumindo funções produtivas, mas também as funções reprodutivas, além do trabalho doméstico⁷ onde se prevalece a responsabilidade feminina, permitindo com

⁵ “Se a participação masculina no mundo do trabalho pouco cresceu no período pós-1970, a intensificação da inserção feminina foi o traço marcante nas duas últimas décadas. Entretanto, essa presença feminina se dá mais no espaço dos empregos precários, em que a exploração, em grande medida, encontra-se mais acentuada [...]” (NOGUEIRA, 2004, p.86-87).

⁶ Com base nos estudos da Fundação SEADE/2005, do total de postos de trabalho criados, 60,4% foram ocupados por mulheres. Porém, na Grande São Paulo, o rendimento anual médio das mulheres ocupadas equivalia a R\$813,00, enquanto o dos homens perfazia a quantia de R\$1.267,00. O maior impacto da desigualdade salarial entre homens e mulheres ganhou maior notoriedade na indústria, onde as mulheres receberam o equivalente a 61,2% do rendimento masculino no ano avaliado. Contudo, a menor discrepância entre os rendimentos dos homens e mulheres é encontrada no setor de serviços, onde a remuneração feminina equivale a 92,1% do montante masculino. Com base nos dados tabulados, em todos os níveis de escolaridade, as mulheres receberam cerca de 67% do valor pago a força de trabalho masculina, o que demonstra que mesmo sendo as mulheres escolarizadas e qualificadas, estas ainda apresentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho com melhor remuneração. Tais dados encontram-se disponíveis em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/classificados/empregos/ult1671u2561.shtml>> Acesso em: 21/01/2006.

⁷ O trabalho doméstico, categoria que entrou na pauta da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio em 1992, considera este como o emprego doméstico que perfaça uma remuneração, não englobando as atividades domésticas executadas pelas donas de casa, sendo estas tidas como inatividades na esfera econômica. Com a atuação feminista, o trabalho doméstico passa a ser elemento constitutivo do mundo do trabalho, porém, ainda com predominância feminina, e além do mais, “[...] a autonomia de muitas mulheres deve-se, em grande parte, a um exército de trabalhadoras domésticas, que seguram “as pontas” da casa para que a patroa possa trabalhar” (CARREIRA, 2004, p.19).

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

isso transmitir à mulher uma carga tripla de jornada de trabalho, ou seja, o trabalho extra domicílio, o cuidado com os filhos e as tarefas do lar.

Mesmo o mundo do trabalho atravessando uma onda de crises nas últimas décadas que provocou o processo de reestruturação produtiva e concomitantemente um acelerado crescimento do desemprego, a incorporação da mão-de-obra feminina continuou aumentando.⁸

Parafraseando Nogueira, diante dessa tendência de feminização do mundo do trabalho, principalmente do emprego em tempo parcial, o que merece ser destacado é o elevado crescimento de formas de trabalho que envolve baixos salários, marcados pela precariedade diante de subcontratações, terceirização⁹ e subempregos.¹⁰ O que se constata é que “[...] enquanto o trabalho parcial está diretamente ligado à mulher trabalhadora, o tempo integral está mais associado ao trabalho masculino” (NOGUEIRA, 2004, p.49).

As vicissitudes no mundo do trabalho na América Latina e no Brasil apresentam algumas consoantes específicas em detrimento do que se verifica nos países da Europa e Estados Unidos. Isso se deve ao fato de serem países que se encontram na posição de subdesenvolvimento e se observa que, mesmo com a inserção da mulher no mercado de trabalho, nesses países ainda se predomina a mão-de-obra masculina e a disparidade salarial entre homens e mulheres. É importante identificar que a desigualdade salarial

⁸ Tal fato é ressaltado na obra de Nogueira (2004), que explicita que “[...] enquanto em 1962 a França contabilizava 6,6 milhões de mulheres e 13,2 milhões de homens em atividade, em 1998, esses números chegaram a 11,7 milhões de mulheres e 14,1 milhões de homens. Podemos notar que no espaço de três décadas houve o ingresso de mais de 5 milhões de mulheres e 1 milhão de homens no mercado de trabalho daquele país, apesar da crise do emprego que se abateu durante esse período [...]” (p.45).

⁹ Na verdade, hoje já podemos falar até na “quarteirização”, ou seja, a contratação de um serviço pela empresa terceirizada, o que aprofunda o quadro de precariedade nas condições de trabalho.

¹⁰ Ao nos referirmos ao subemprego, estamos caracterizando este como uma forma de trabalho onde não ocorre nenhuma espécie de contratação formal, o que redundava numa atividade marcada pela precarização. Em estudos realizados por Nogueira (2004), a autora confirma que “[...] em 2001, de um total de 1.454 milhões de subempregos, 1.062 milhões de são ocupados por mulheres e 392 mil por homens, confirmando a reserva do trabalho precarizado para a mulher” (p.53). Também pontua que o desemprego atinge em maior escala o universo feminino, pois sustenta em sua obra “[...] que o desemprego atinge toda a classe trabalhadora, mas, de forma muito mais intensa quando se trata da força de trabalho feminina. Cabe lembrar que essa tendência apontada se mantém também nos empregos de médios e altos salários” (p.62).

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

não é um fenômeno recorrente apenas num contexto local ou nacional e, sim, presente em todo o mundo.

Nos termos de Souza-Lobo vislumbramos que,

A divisão sexual do trabalho é também uma construção social e histórica. Se é certo que o capitalismo utiliza uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de raça, de gênero e das práticas sociais. O capitalismo na América Latina não criou a subordinação das mulheres, mas certamente as relações de produção e reprodução social são aqui também sexuadas e assimétricas, marcadas por uma hierarquia que subordina as mulheres e seus trabalhos (1991, p.170).

Assim, o que se verifica é uma precarização do trabalho feminino mais acentuada na América Latina do que nos países europeus, marcada por forte divisão sexual do trabalho.¹¹ Além dessa concentração de mulheres em postos de trabalho marcados por piores remunerações, é necessário destacar que estes também são mais instáveis, visto que na maioria deles se constata a informalidade.¹²

No Brasil, em especial, as principais mudanças advindas com a reestruturação produtiva¹³ datam da década de 1980, porém a participação da mulher no mercado de

¹¹ Essa análise comparativa entre países europeus e América Latina encontra-se de forma mais detalhada na obra de NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

¹² Conforme Carreira (2004), “[...] no Brasil, 40,5% da população economicamente ativa está na informalidade, ou seja, trabalhadores sem registro em carteira e sem direitos trabalhistas” (p.176). Em relação à diferença nos ganhos entre homens e mulheres, percebe-se que esta “[...] está associada, entre outras causas, ao fato de que muitas mulheres procuram a economia informal em busca de uma jornada parcial de trabalho. Mais de 50% das mulheres, na economia informal, trabalham em tempo parcial. Apenas 15,5% dos homens o fazem. O papel predominante da mulher na estrutura familiar a obriga a reservar tempo para ‘seu trabalho principal’: a casa e a educação dos filhos” (CARREIRA, 2004, p.177).

¹³ Para Roy (1999), a reestruturação produtiva no Brasil se torna efetiva e com maior visibilidade na década de 1990 do século XX. Para a autora, entre os anos de 1970 e 1980 ocorre a difusão dos CCQ – Círculos de Controle de Qualidade, inovação tecnológica e organizacional. Os CCQ são constituídos por pequenos grupos envolvendo trabalhadores e chefia de uma empresa visando discutir os problemas apresentados na produção e propor sugestões com vistas ao aumento da qualidade e da produtividade, com menor custo e tempo de trabalho. Para isso, são realizadas reuniões periódicas, fora do expediente e sem qualquer subsídio financeiro. Nessa perspectiva, o maior objetivo das empresas contemporâneas frente às transformações processadas é buscar a Qualidade Total, que “[...] mais que um nome abrangente das modificações no processo da gestão da produção, é uma meta para a adequação da produção (sobrevivência empresarial e novo estilo de dominação da força de trabalho). É também a busca de presença mais firme no âmbito da concorrência no mercado globalizado (sobrevivência do capitalismo)” (ROY, 1999, p.37).

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

trabalho se remete aos anos 1920 frente ao estágio de industrialização e urbanização da época.

No decorrer dos anos, o que pode ser notado é que muito não mudou e ainda persistem as profissões consideradas femininas e outras masculinas, conforme atributos físicos e naturais.

O trabalho feminino ainda é considerado suplementar e destinado à sobrevivência e atendimento das necessidades vitais da família. Como salienta Carreira,

As próprias mulheres classificam sua renda de maneira subordinada no contexto da renda familiar. Muitas vezes, elas têm rendimento igual ou superior ao do marido, mas continuam dizendo que seu trabalho apenas “auxilia” no orçamento doméstico. Há dificuldades em assumir-se como produtora, comerciante, geradora de renda (2004, p.177).

Tal concepção vem sendo desconstruída com o passar do tempo diante da entrada da mulher em postos e posições no mercado de trabalho diversificados, porém tal processo se dá a longo prazo.¹⁴ Mesmo assim, “Os papéis femininos e masculinos são reproduzidos no trabalho, o que oportuniza a submissão e a desvalorização com relação a funções, cargos e salários” (ROY, 1999, p.16-17). Seguindo os estudos da autora, os postos de trabalho que propiciam um maior prestígio, status e rentabilidade são apropriados pelo masculino e aqueles com menor impacto econômico e político são ocupados pelas mulheres.

Conforme analisou Hirata (2002), a introdução massiva de novas tecnologias, como o caso da microeletrônica, provocou transformações expressivas na divisão social e sexual do trabalho¹⁵ e contribuiu sobremaneira para o recrutamento de mulheres para

¹⁴ Bruschini (2000) nos mostra que as mulheres ampliaram de forma significativa sua participação em profissões de prestígio, como a arquitetura, a odontologia, a medicina, o jornalismo, a engenharia, com um crescimento considerável para as ocupações jurídicas. Para a autora, “Ao lado dessas mudanças, permanecem também alguns dos principais guetos femininos, como: a enfermagem, o magistério primário, a assistência social e outros” (p.35). As trabalhadoras mais qualificadas predominam em empregos tradicionais femininos, como o magistério, a enfermagem e o serviço social. Os baixos salários e as desigualdades entre elas e os colegas continuam a fazer parte do seu mundo de trabalho (p.56).

¹⁵ “A conceitualização da divisão sexual em termos da relação social baseia-se, ao contrário, na idéia de uma relação antagônica entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

novas atividades que foram surgindo, como é o caso das digitadoras, que passam a ser requisitadas com base na destreza, rapidez e disciplina, atributos tidos como naturalmente femininos. Nesse tipo de trabalho vão persistir as disparidades salariais e condições de trabalho diferenciadas entre homens e mulheres, visto que as tecnologias trazem impactos distintos para essas categorias da mão-de-obra de acordo com o sexo, a raça/etnia e o nível de qualificação destes.

Tendo por base os estudos de Nogueira (2004), verificamos que existem algumas áreas do setor produtivo em que prevalece a mão-de-obra feminina, com predomínio para o setor de serviços, como é o caso dos serviços domésticos, de escritório, ensino, saúde, judiciário e comércio. Na indústria, destaca-se a “[...] confecção de vestuário (9,54% em 1997), o setor têxtil (1,70% em 1997) e o de confecção de sapatos e acessórios (1,45% em 1997)” (p.79).¹⁶

Diante dos inúmeros estudos realizados acerca da afluência da mulher no mercado de trabalho o que fica claro é que estas ocupam predominantemente o setor terciário (serviços), enquanto os setores primário (agricultura) e secundário (indústria) ainda são ocupados em sua maioria pela força de trabalho masculina.

Os homens e as mulheres são separados por setor de atividade (indústria, serviços, etc.), pela qualificação e pelo tipo de trabalho efetuado. Mesmo se as mulheres e os homens exercem a mesma atividade, como trabalhadores não-qualificados na indústria, muito raramente têm o mesmo tipo de tarefas e não são facilmente intercambiáveis (HIRATA, 2002, p.176).

Dentre os fatores basais para a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho podemos elencar a queda da fecundidade e o aumento do nível de escolaridade

Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuais de poder. [...] A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas. A divisão sexual do trabalho é, assim, indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações de exploração e opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas” (HIRATA, 2002, p.280).

¹⁶ Com base nas fontes do DIEESE/2001, algumas profissões ainda se consagram como redutos femininos como é o caso da costura (94%), secretariado (89%), enfermagem (84%), magistério de ensino fundamental (90%), recepção (81%) e telefonia (86%). Grande parte dessas profissões não oferece prestígio e altos rendimentos, além de configurarem muitas vezes em trabalhos precários sem proteção social. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>> Acesso em: 28/11/2005.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

que propiciou ao segmento feminino o ingresso nas universidades abrindo novas oportunidades de trabalho. Aqui podemos notar que a maternidade constituiu-se um grande entrave para a inserção da mulher no mercado de trabalho, pois ainda continua sendo responsabilidade feminina o cuidado e a educação das crianças. Mas na contramão dessa realidade, Bruschini alega que,

O crescimento do trabalho das casadas e mães poderia ser tomado, de um lado, como um indício da pressão econômica, que estaria forçando mulheres com essas características a procurar o mercado de trabalho. A diversificação das pautas de consumo, gerando novas necessidades e desejos, o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento, fariam parte desse processo. Contudo, esse aumento também é fruto de um intenso processo de modernização e mudança cultural observado no Brasil a partir dos anos 70, do qual faz parte a expansão da escolaridade, à qual as mulheres vêm tendo cada vez mais acesso (2000, p.21).

Em relação ao desemprego, fenômeno que se acentuou na última década do século XX, tendo em vista o processo de reestruturação produtiva e a adoção aos preceitos neoliberais, pode-se dizer que este atingiu de forma substancial as mulheres trabalhadoras, pois “[...] de 1991 a 1998, o crescimento do desemprego atingiu cerca de 2,4% dos homens, enquanto para as mulheres praticamente alcançou a marca dos 4%” (NOGUEIRA, 2004, p.81).

Com base na filosofia adotada pelos empresários, Hirata (2002, p.181), em seus estudos, observa que num período de crise, o público-alvo afetado pelas demissões são principalmente as mulheres e, em seguida, os homens solteiros e sem filhos, visto que no horizonte da gerência, o homem casado e pai necessita permanecer no emprego para dar continuidade aos provimentos do lar. Tal ótica, adotada pelos empresários, torna-se um tanto quanto unilateral e simplista diante dos novos arranjos familiares, onde o ideário de família nuclear cai por terra.

Essa prioridade às demissões dos solteiros foi formulada pela gerência em termos do aumento das necessidades dos operários com uma família a manter e da responsabilidade social da empresa no reconhecimento dessas necessidades. [...] A elevada taxa de estabilidade dos homens com filhos deve-se, em parte, ao fato de os operários com filho serem mais velhos do que aqueles sem filhos e ao

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

fato de a política de promoção na empresa fazer com que os mais velhos sejam também os mais qualificados (HIRATA, 2002, p.181).

Assim, o homem consegue garantir sua posição no mundo do trabalho devido a sua situação familiar, ou seja, como o indivíduo responsável por prover as necessidades da família e, com isso, tem assegurada uma relativa “proteção” nos momentos de desemprego.

Outro enfoque da concepção empresarial consiste numa atitude discriminatória por parte do empresariado que, na maioria das vezes, com base em Hirata (2002, p.194) opta pelas mulheres solteiras e sem filhos, pois assim não possuem uma responsabilidade familiar.

Tendo como pressuposto a idéia de que a mulher pertence ao mercado secundário, Hirata sustenta que o trabalho feminino está marcado “[...] por uma instabilidade, uma rotatividade elevada e taxas de desemprego proporcionalmente maiores” (2002, p.176) e conclui que no Brasil a mulher conserva seu emprego, porém com marcas de precarização e deterioração das condições de trabalho.

Não obstante, o que se verifica é o pioneirismo feminino no que tange a ocupação de postos de trabalho marcados pela precariedade e informalidade, além de concorrer em grau desfavorável com os homens no quadro de desempregados. Sendo assim, podemos afirmar que a informalidade, a precariedade e o desemprego têm sexo e raça definidos e tais mecanismos atendem de forma direta aos interesses do capital.

O quadro apresentado na primeira década do século XXI frente ao paradigma da reestruturação produtiva é de um perverso cenário produtivo que traz implicações para determinados segmentos dos trabalhadores, como é o caso das mulheres, dos negros, dos idosos e dos jovens.

Vale salientar que nem sempre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho pode ser analisado numa ótica otimista, pois em alguns casos, como a entrada prematura de jovens no mercado de trabalho, este fato pode significar abandono da vida estudantil ou trazer rebatimentos para seu desempenho escolar, o que pode acarretar em algumas deficiências e lacunas em sua formação e qualificação profissional.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Tal mecanismo, que tem na terceirização uma forma que serviu para engendrar relações de trabalho informalizadas e precárias configura num locus que permite dar um caráter de invisibilidade aos novos tipos de trabalho, como é o caso do trabalho realizado em domicílio, que assume inúmeras facetas diante da sua complexidade. Não se pode negar que a terceirização se faz presente nos dias atuais e vem sendo adotada em grande escala nas políticas empresariais, porém, tal prática não pode ser considerada algo estanque e por isso o que se busca é a superação desta onde as relações trabalhistas possam garantir aos trabalhadores condições dignas de trabalho e qualidade de vida.

Ora, frente ao exposto, inúmeras são as indagações apresentadas em relação a inserção da mulher no universo do trabalho. E com isso surgem algumas inquietações: Por que as mulheres são mais afetadas pelo desemprego que os homens? Por que a mulher ainda continua tendo remuneração diferenciada em relação ao homem? Esse desemprego atinge o segmento feminino altamente escolarizado? Tais indagações precisam ser compreendidas para se buscar ações políticas de transformação dessa conjuntura que se configura na ordem contemporânea.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, Ed. 34, 2000, p.13-58.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de O. (Org.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. (Fundação Carlos Chagas).

BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Org.) Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Editora da Fundação Carlos Chagas, 1994.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

CARREIRA, Denise (Coord.). Igualdade de gênero no mundo do trabalho: projetos brasileiros que fazem a diferença. São Paulo: Cortez, 2004.

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

LAVINAS, Lena. Emprego Feminino: o que há de novo e o que se repete. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.40, n.1, p.41-63, 1997.

LEITE, Márcia de Paula. O Futuro do Trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Página Aberta, 1994.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I, v.1. 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MATTOSO, Jorge. A desordem do trabalho. São Paulo: Scritta, 1995.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, Ed. 34, 2000.

ROY, Lise. O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva. Campinas: Editora Alínea, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Maria Beatriz N. da. A História da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – USP, São Paulo, n.27, p.75-91, 1987.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.